



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS**  
**CURSO DE AGRONOMIA**

**ANTONIA EDNEIDE SANTOS LIMA**

**RETRATO DA REALIDADE DO ASSENTAMENTO FRIOS EM CANINDÉ - CEARÁ**

**CIDADE**  
**2016**

**ANTONIA EDNEIDE SANTOS LIMA**

**RETRATO DA REALIDADE DO ASSENTAMENTO FRIOS EM CANINDÉ - CEARÁ**

Trabalho de conclusão ao Curso de Graduação em Agronomia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Engenheira Agrônoma Área de concentração: Extensão Rural, Políticas Públicas.

Orientador: Profa. M.Sc. Maria Lúcia de Sousa Moreira.

**FORTALEZA**

**2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

L696r Lima, Antonia Edneide Santos.  
Retrato da realidade do assentamento frios em Canindé - Ceará / Antonia Edneide Santos Lima. – 2016.  
29 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Curso de Agronomia, Fortaleza, 2016.  
Orientação: Profa. Ma. Maria Lúcia de Sousa Moreira.

1. Reforma Agrária. 2. Assentamentos. 3. Desenvolvimento. I. Título.

CDD 630

---

**ANTONIA EDNEIDE SANTOS LIMA**

**RETRADO DA REALIDADE DO ASSENTAMENTO FRIOS EM CANINDÉ - CEARÁ**

Trabalho de conclusão de curso apresentada ao Curso de Graduação em Agronomia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Engenheiro Agrônomo Área de concentração: Extensão Rural, Políticas Públicas.

Aprovada em: 13/07/2016.

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. M.Sc. Maria Lúcia de Sousa Moreira (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Francisco Casimiro Filho  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

M.Sc. Ivana Leila Carvalho Fernandes  
Doutoranda PRODEMA - UFC

À Deus.  
Aos meus pais.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente à Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo da minha vida, e não somente nestes anos como universitária, mas que em todos os momentos é o maior mestre que alguém pode conhecer.

À Profa. Maria Lúcia, pela excelente orientação.

Ao professor Francisco Casimiro Filho e à Ivana Leila, pelas valiosas colaborações e sugestões.

Aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

Agradeço a minha mãe Lucineide, heroína que me deu apoio, incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço.

Ao meu pai Egilardo que apesar da distância e de todas as dificuldades me fortaleceu e que para mim foi muito importante.

À minha irmã Edna e sobrinhos Thiago e Miguel, que nos momentos de minha ausência dedicados ao estudo superior, sempre fizeram entender que o futuro é feito a partir da constante dedicação no presente!

Aos Primos e tias Adriana, Maria, pela contribuição valiosa e incentivo.

Meus agradecimentos aos amigos Mayara e Cirelena, companheiros de trabalhos e irmãos na amizade que fizeram parte da minha formação e que vão continuar presentes em minha vida com certeza.

Aos produtores rurais entrevistados, pelo tempo concedido nas entrevistas.

Aos colegas da turma de graduação, pelas reflexões, críticas e sugestões recebidas.

Aos colegas do CENTEC, Alaís, Nara, Regina, pela paciência e companheirismo, nos momentos em que mais deles necessitei.

Enfim, sou grato a todos e todas que contribuíram de forma direta ou indireta para realização deste trabalho.

“Toda reforma interior e toda mudança para melhor dependem exclusivamente da aplicação do nosso próprio esforço.”  
(Immanuel Kant)

## RESUMO

Uma das características da formação do território brasileiro é a concentração de terras historicamente condicionada. Isto resultou na exclusão social e territorial de grande parte da população, a qual, até a primeira metade do século XX, tinha o acesso à terra negado pelas políticas públicas e pelos grupos dirigentes do país. Nos anos finais da Ditadura Militar, a luta pela terra ganha maior representação no contexto nacional a partir dos movimentos sociais organizados. O Estado é pressionado à adoção de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento socioeconômico da população sem-terra por meio da reestruturação fundiária do país, como aconteceu no município de Canindé, a partir de 1970, em decorrência da dimensão territorial do município (1.055 km<sup>2</sup>) e da existência de grande número de latifúndios. De lá para cá, a Reforma Agrária foi efetivada no município de tal maneira que, na atualidade, existem aproximadamente 1500 famílias distribuídas em 35 assentamentos rurais. Por isto, objetiva estudar o desenvolvimento produtivo do assentamento Frios localizado a leste do município de Canindé. Ocupado em 2008 e oficializado em 2009, conta hoje com habitantes, distribuídos em 3.995 hectares. Os dados analisados foram obtidos na Prefeitura Municipal e no INCRA. O Estudo permite concluir que, até o momento, a implantação do assentamento trouxe benefícios socioeconômicos tanto para os assentados quanto para a economia do município. Onde existia apenas um latifundiário, hoje 19 famílias vivem num regime de autogestão de economia de subsistência e mercantil. Os dados indicam que a reforma agrária provocou modificações importantes na arrecadação do município, aliada ao desenvolvimento social da população beneficiada. As famílias assentadas apresentam melhorias nas condições socioeconômicas em decorrência da diversificação produtiva e das ações dos Movimentos Sociais e do Estado. Retratar aspectos da história do assentamento Frios, é portanto objetivo desse trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** Reforma Agrária; Assentamentos; Desenvolvimento.

## **ABSTRACT**

One of the characteristics of the formation of Brazilian territory is the concentration of lands historically conditioned. This resulted in social and territorial exclusion of most of the population, which, until the first half of the twentieth century, had access to the land denied by public policies and by ruling groups of the country. In the final years of the military dictatorship, the fighting for land gains greater representation in the national context from organized social movements. The state is pressed to the adoption of public policies directed to the socioeconomic development of the landless population through landholding restructuring of the country, as occurred in the town of Caninde, from 1970, due to the territorial dimension of the town (1.055 km<sup>2</sup>) and the existence of large number of estates. Since then, the land reform was carried out in the county in such a way that, nowadays, there are approximately 1500 families distributed in 35 rural settlements. Therefore, this study focuses on the socioeconomic development of the Frios settlement located east of the town of Caninde. It was occupied in 2008 and made official in 2009, has today inhabitants spread over 3.995 hectares. The data analyzed were obtained at City Hall and INCRA. The study shows that, until now, the implementation of the settlement brought socioeconomic benefits for both the settlers and for the city's economy. Where there was only one landowner, now 19 families live in regime of self-management of subsistence and commercial economy. The data indicate that land reform has caused important changes in the city collection, along with the social development of the beneficiary population. The settled families present improvements in socioeconomic conditions due to the productive diversification and actions of Social Movements and the State. Portray aspects of the history of the Cold settlement is therefore aim of this work.

**Key-words:** Land Reform; Settlements; Development.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1. Mapa do Município de Canindé/CE – área de estudo.....	22
Figura 2 Manejo da ordenha em bovino.....	26
Figura 3 Produção de milho e feijão.....	26

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de famílias assentadas da Reforma Agrária constantes na Relação de Beneficiários do Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), em Projetos de Assentamentos Frios.....	24
Gráfico 2 – Distribuição dos efetivos dos animais de produção. ....	25
Gráfico 3 – Produção agrícola (grãos) do assentamento Frios. ....	27

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CACTUS	Centro de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável do Semiárido
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Reforma Agrária
PNPA	Plano Nacional de Reforma Agrária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
CPT	Comissão Pastoral da Terra
IDACE	Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará
PROCERA	Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2. A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL.....</b>	<b>15</b>
<b>2.1 A questão agrária no Ceará.....</b>	<b>17</b>
<b>2.1.1 Alguns dados sobre o processo de reforma agrária no Ceará .....</b>	<b>19</b>
<b>2.1.2 Os efeitos econômicos da reforma agrária no Ceará.....</b>	<b>20</b>
<b>3. METODOLOGIA .....</b>	<b>21</b>
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>23</b>
<b>5. CONCLUSÃO .....</b>	<b>28</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>30</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho buscou discutir a situação produtiva atual do assentamento de reforma agrária Frios, localizados no município de Canindé, Ceará, com um diagnóstico realizado com as famílias presentes, em um debate que vai além da estruturação e vivência.

O Brasil ainda possui uma estrutura fundiária extremamente concentrada, encadeada pelo modelo de desenvolvimento que tem caracterizado a agricultura, o que gerou uma grande concentração de terras e renda no meio rural, colocando milhares de brasileiros que vivem no campo em situação vulnerável, principalmente aqueles que desenvolvem sua produção em unidades familiares. Nesse sentido, a reforma agrária deve ser vista enquanto decisão política do estado para resolver uma questão agrária que impede o desenvolvimento agrário, social e econômico do País.

A questão fundiária é um obstáculo que vem colocando em prática a situação da má distribuição de terras no Brasil desde o início de sua colonização, a partir da doação das Capitâneas Hereditárias, tornando-se permanentemente até hoje, em que a produção agrícola atinge índices recordes, tendo como paralelo grande parte da população rural sofrendo com a miséria e a fome.

Segundo Freitas (1990), existe, no Nordeste, escassez de recursos naturais, grandes problemas de estrutura agrária, baixa produtividade do trabalho e falta de instituições que apoiem o agricultor através de pesquisa, assistência técnica, comercialização, transporte e comunicação, entre outros. Assim sendo, estudos socioeconômicos dessa região têm despertado interesse de pesquisadores há algum tempo. Além disso, este tipo de estudo constitui um tema atual e relevante, pois um fato que tem dificultado o processo de desenvolvimento do país é, sem dúvida, a desigualdade existente entre as regiões e setores e a complexidade verificada no setor rural, em especial, no nordestino.

O Estado do Ceará, de acordo com o WORLD BANK (1999), ocupa uma área geográfica de 148.016 km<sup>2</sup>, com 95% de seu território situado no semiárido nordestino e XLIV CONGRESSO DA SOBER “Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento” Fortaleza, 23 a 27 de Julho de 2006 Sociedade

Brasileira de Economia e Sociologia Rural 2 apresentou, no período de 1970-1997, taxa média anual de crescimento de 5,8% do PIB, entretanto, o PIB “per capita” do Ceará é de US\$ 1.701, o que corresponde a 48% do PIB “per capita” nacional. Apesar desse crescimento econômico, a pobreza ainda permanece porque os benefícios do crescimento econômico não “deslizam” até os mais pobres (WORLD BANK, 1999). O World Bank observou que cerca de 77% da população rural do Ceará ainda vive abaixo da linha de pobreza, o que comprova que o crescimento econômico não garante por si só que os pobres sejam beneficiados.

Segundo dados do (INCRA, 2016) existe até maio de 2016 no Ceará 455 assentamentos rurais de reforma agrária, com área(há) 915.418,77, com 21.929 pessoas. Parte desses assentamentos estão situados nos sertões de Canindé.

Neste contexto, buscou-se avaliar as unidades produtivas do assentamento Frios, localizado no município de Canindé fazendo uma contextualização com as famílias assentadas assistidas pelas políticas públicas.

## 2. A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

A reforma agrária como conceito geral, é um sistema que regulamenta e promove a “justa” divisão de terras em um estado. No caso específico do Brasil, deve atuar como instrumento de reparar as diferenças causadas pelos os grandes detentores de porções de terras em relação aos que se quer tem onde morar e produzir.

Nesse sentido Oliveira (2003), coloca que: a luta pela a terra é um fenômeno presente em todo o campo brasileiro, de norte a Sul, Leste a Oeste. Nesta luta não estão envolvidas somente pessoas, mas também sonhos, vontades, valores, esperanças de quem acredita mudar esse modelo excludente que leva o Brasil a ter a maior concentração de terra do mundo e estão entre os dez países com maior índice de desigualdade.

Com isso, o problema agrário brasileiro tem suas raízes no modelo de desenvolvimento adotado historicamente pelos colonizadores, através da adoção de um regime de concessão de uso da terra com direito a herança, chamado de sesmarias que era a doação de grandes extensões de terras doadas, pelo o Rei de Portugal, para os capitalistas – colonizadores que dispunham de capital. Segundo Stédile (2005), o principal critério para conseguir a doação de terras era a disponibilidade de capital e o compromisso de produzir mercadoria para serem exportadas ao mercado europeu.

Assim sendo, não podemos falar de concentração fundiária sem nos remetermos ao processo histórico da própria formação do território brasileiro. Também gostaríamos de afirmar que a desigualdade na estrutura fundiária brasileira, ou seja, a grande concentração da propriedade da terra configura como um dos principais problemas do Brasil. Uma das soluções apontadas por várias forças sociais e partidárias seria a realização de uma reforma agrária.

A primeira proposta de reforma agrária segundo Medeiros (2003) foi apresentada pelo tenentismo. Movimento liderado por jovens oficiais do exército, engajados no debate sobre os destinos da nação. Os integrantes deste movimento estavam preocupados com a democratização dos processos eleitorais e ligava o

controle político dos eleitores a existência dos latifúndios. Por essa razão, tentaram garantir condições para uma Reforma Agrária na constituição de 1934.

No final da década de 50, conforme Romeiro (1994), após um período de crescimento industrial e de urbanização, a economia brasileira entra em crise e a estrutura agrária concentrada é exposta como causa desse problema.

Neste período, o padrão de dominação tradicional de caráter clientelista passa a sofrer o impacto de um duplo movimento: de um lado o peso crescente dos movimentos sociais reformistas na política nacional, que tinham na reforma agrária uma das suas reivindicações principais; de outro, o surgimento de organizações sociais e sindicais de camponeses e pequenos produtores. Por isso, diferentes setores da sociedade estavam conscientes da necessidade de uma reforma agrária. O problema era que existiam diferentes propostas de reforma agrária o que dividia as elites e os camponeses. Uns queriam apenas algumas reformas sociais enquanto as Ligas Camponesas começavam a falar em reforma agrária radical como mostra o slogan “reforma agrária na lei ou na marra” Alencar (2005).

Conforme o Estatuto da Terra, a reforma agrária brasileira é definida como um conjunto de medidas que visa a promover melhor distribuição da terra, mediante modificação no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade

No entanto o Estatuto da Terra não toma nenhuma medida para realizar a reforma agrária. E conforme afirmou Martins (1990) o Estatuto faz, portanto, da reforma agrária brasileira uma reforma tópica, de emergência, destinada a desmobilizar o campesinato sempre e onde o problema da terra se tornar tenso, oferecendo riscos políticos. O Estatuto procura impedir que a questão agrária se transforme numa questão nacional, política e de classe (p. 96).

Nesse contexto, no início dos anos 80, há uma intensificação dos conflitos no campo fortalecendo os movimentos sindicais que começaram aparecer com mais força, como os congressos da Confederação Nacional dos trabalhadores na Agricultura, do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais; a Comissão Pastoral da Terra.

Assim em 1985, o governo apresenta o primeiro plano Nacional de Reforma Agrária, fato esse que gerou um grande desconforto e reações das forças antirreformistas, porém esse plano não alcança as necessidades básicas, e a

legítima luta pela a terra como os que nela trabalham e dela fazem uma fonte de renda de produção para a população intensificam sua participação na luta formando os comitês e movimento sindicais, dando prioridade a conquista pela terra.

Atualmente, a reforma agrária no Brasil se mostra da seguinte forma: a União realiza a compra ou a desapropriação de latifúndios particulares considerados improdutivos em diversas áreas da federação, sob a responsabilidade do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), loteia e distribui as terras com as famílias que recebem esses lotes, como também presta-se uma assistência financeira, de consultoria e outros incentivos para que possam produzir nas terras.(LEONILDE, 2013)

A fim de garantir a propriedade para os camponeses efetivarem a produção, criam-se leis específicas para fins da reforma agrária, a lei de desapropriação, garantida pela a Constituição de 1988, instituída pelo **Plano Nacional de Reforma Agrária**, sob o decreto de lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, reformulado pela Constituição, o qual assegura o direito da União à desapropriação de terras ditas particulares, consideradas improdutivas, em decorrência da utilidade pública, especialmente para fins de Reforma Agrária, podendo haver também outras prioridades de utilidade por parte da União.

## 2.1 A questão agrária no Ceará

Na formação da população rural cearense está à concentração dos meios de produção, como aponta os seguintes dados (INCRA, 1992) do total de mão-de-obra no setor primário, 76,6% são trabalhadores sem terra. Assim as condições de acesso a terra para desenvolver atividades produtivas são bastante precárias, e nessas condições os donos da terra, pequenos proprietários e posseiros diferenciam-se pelo título, porém muitos possuem apenas o recibo de promessa de compra e venda, em nome dos avós e bisavós. Há casos em que a propriedade encontra-se registrada pelo irmão mais velho e os demais herdeiros não têm nenhum documento. Com área média cultivada de 2 a 3 hec, há solos cansados, a terra já não comporta novas unidades familiares.

Sobre essas condições, dificilmente encontra-se categorias puras de produtores, pois uma das estratégias de sobrevivência tem sido algumas combinações de múltiplas atividades, em diferentes condições de acesso à terra. Como exemplo, no inverno, os minifundiários buscam outras áreas através, através da parceria e do arrendamento. No verão, o sistema emprega-se de forma sazonal nas agroindústrias, fazendas e projetos de irrigação, e ainda trabalhavam por empreita ou produção.

A política de assentamento preconizada no PNRA, (Plano Nacional de Reforma Agrária), em 1985, teve como diretrizes básicas, a participação do INCRA, governos estaduais e municipais e a participação dos assentamentos desde a fase inicial até a desapropriação e o alojamento das famílias. No Ceará, o grupo executivo de Apoio à Reforma Agrária é basicamente formado por representantes de instituições públicas e dos assentados, sendo este, responsável pelas ações integradas de prestação de serviços às áreas reformadas entre 1987 e 1989 e a partir da troca de experiências entre os assentados, buscou-se constituir uma proposta metodológica de organização do assentamento, baseada no planejamento ascendente, a partir das necessidades e interesses dos assentados.

Nesse sentido, a proposta de Reforma Agrária de 1995, política essa assistida pelo o mercado do Banco Mundial, que anteriormente com experiência em outros países, e introduzida no Ceará com apoio do governo do estado, sendo denominada como Reforma Agrária. A implementação da reforma agrária no Estado do Ceará deveu-se, sobretudo ao processo de luta e conquista da terra pelos trabalhadores rurais, apoiados por entidades sindicais, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A origem das áreas adquiridas para reforma agrária é variada. A compra e venda de terras foi o principal instrumento à época do PROTERRA (1971 até 1985). Após esse período, com o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), surge à implementação da política dos assentados, observa-se a importância da desapropriação por interesse social, ocorrendo casos de arrecadação ou doação de terras, sobretudo nas áreas estaduais. Por força do Decreto-Lei nº 19.224 de 20/04/1998, são equiparadas aos assentamentos federais, recebendo os mesmos benefícios de crédito, como no caso do PROCERA.

### *2.1.1 Alguns dados sobre o processo de reforma agrária no Ceará*

É somente a partir da democratização, dos anos 80, que passam a existir no Brasil várias tentativas no sentido de implantar uma reestruturação fundiária. Foi praticamente só nos últimos cinco anos que esse processo veio a ganhar sentido. Até setembro de 1999 um total de 22.590 famílias foram assentadas em 457 assentamentos nos Ceará. Esses assentamentos foram criados, basicamente, por dois tipos diferentes de programas de reestruturação fundiária: pela tradicional Reforma Agrária Solidária<sup>1</sup> se caracteriza por seu direcionamento ao mercado e à descentralização em favor dos estados e municípios e dos próprios beneficiários.

A Reforma Agrária Solidária se caracteriza por seu direcionamento ao mercado e à descentralização em favor dos estados e municípios e dos próprios beneficiários. Além disso, existe uma tendência a encorajar a organização comunitária dos assentados. Minifundiários ou trabalhadores rurais sem-terra interessados na aquisição de certa propriedade formam uma associação e entram em negociações com o dono. Depois de um acordo entre as partes quanto ao preço e de um parecer favorável emitido por um técnico do IDACE.

A Reforma Agrária Solidária foi um projeto novo do Governo do Estado do Ceará implantado em 1996, dentro do programa que reduziria a pobreza rural chamado “Projeto São José”. No final de 1997, a ideia foi adaptada no programa “Cédula da Terra”, financiado principalmente pelo Governo Federal e o pelo Banco Mundial e intitulado como projeto piloto sob a responsabilidade de cinco governos estaduais do Nordeste, entre eles o do Ceará. O “Banco da Terra” é de caráter semelhante e foi introduzido em 1999 em grande escala em todos os estados brasileiros como substituto da “Cédula da Terra”. Através do “Projeto São José” foram criados 44 assentamentos com 694 famílias em 23.622,59 ha. Pelo “Cédula da Terra” foram beneficiados, no Ceará, 2.162 famílias em 116 assentamentos ou 81.770,70 ha. Como vantagens deste tipo de reforma agrária se consideram, entre outros fatores, um processo não conflituoso e a possibilidade de incluir também terras produtivas. Críticos se opõem, por outro lado, ao pagamento das terras em dinheiro e não em títulos da dívida agrária, como na reforma agrária do INCRA. Este dinheiro, segundo eles, beneficia primeiramente os latifundiários, e seria melhor

empregado na resolução de outros problemas urgentes. Além disso, alguns autores opinam que a chamada “Reforma Agrária Solidária” não se trata realmente de reforma agrária, mas sim de meras transações no mercado de terras sem a intenção de modificar a estrutura social.

### *2.1.2 Os efeitos econômicos da reforma agrária no Ceará*

Nesse caso, comprovou-se que havia uma enorme necessidade que realizar-se no Ceará uma reforma agrária urgente. Percebendo a tomada de outras iniciativas, passaram os impactos gerados pelo os fatores econômicos dentro dos assentamentos.

Naturalmente os fatores econômicos não seriam os únicos a serem analisados nesse processo de reforma agrária. Entre outras variedades de diferentes aspectos, estes podem ter uma importância decisiva para as famílias.

Ao analisar o nível microeconômico dos assentamentos podemos fazer comparações sobre as consequências macroeconômicas da reforma agrária no Ceará. Como exemplo: a renda familiar<sup>3</sup>, o rendimento nos estabelecimentos comerciais crescimento esse que se desenvolve a médio prazo para um crescimento autônomo dos assentamentos.

Outro estudo interessante é aquele de Válder Pinheiro Bastos. Ele investigou 7 (=10%) dos assentamentos criados entre 1985 e 1994 pelo INCRA no Ceará. A grande maioria das famílias neles produzem principalmente para a própria subsistência e a renda gerada pela comercialização da produção agropecuária é praticamente desprezível. O caso rendimento das atividades na lavoura e na pecuária é compensado em certo grau através de fontes exteriores aos assentamentos; geralmente pelo trabalho assalariado. Mesmo incluindo tais fontes na estimativa, e além delas, o autoconsumo, as rendas familiares mensais ficam insatisfatoriamente baixas, situando-se entre 0,55 e 1,91 s.m., ou em uma média de 1,29 s.m.

### 3. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no assentamento Frios, município de Canindé Ceará, Figura 1, em que o acesso se faz pela CE-257, adentrando na comunidade Barra do Juá, cuja estrada de carroçável até chegar ao assentamento, em um trajeto de aproximadamente 55 km da sede do município.

Realizou-se um diagnóstico na perspectiva de situar as discussões acerca do tema relacionado ao desenvolvimento socioeconômico do assentamento. Para a análise do desenvolvimento produtivo, contou-se com a realização do diagnóstico as 19 famílias. O trabalho foi realizado no período de 15 de outubro de 2015 a maio de 2016.

A proposta de condução desta pesquisa está inserida na prática de um estudo de caso com a mescla da pesquisar participante, na medida em que foram consideradas as vivências, os relatos de experiências e analisam em conjunto com os assentados o processo de desenvolvimento produtivo no Frios que é assentamento Federal, onde a Superintendência Regional do Incra no Ceará já assentou 21.885 famílias no Estado, em 455 projetos e reservas extrativistas, que totalizam mais de 915 mil hectares ocupadas por tais empreendimentos, tendo como principal objetivo, coletar informações relevantes dos assentados, perfil dos produtores, produção agrícola e pecuária, e com isso adquirir conhecimentos em relação ao estudo da qualidade e quantidade na produção. As perguntas foram feitas na forma de um bate papo com o produtor, visita as instalações e acompanhamento das práticas de produção, com duração média de duas horas. Após a aplicação desse questionário, foi feita a tabulação dos dados no programa Excel Microsoft e feito uma estatística descritiva dos dados obtidos na pesquisa.

O assentamento dispõe de acompanhamento técnico de organizações não governamentais (ONGs), como o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CACTOS), que compreende o Desenvolvimento Territorial e Local como uma estratégia de intervenção social que considera a realidade na sua multidimensionalidade e que busca o desenvolvimento humano, a integração e interdependência das dimensões econômica, sócio- cultural, político – institucional e ambiental, o empoderamento e fortalecimento da sociedade civil, a



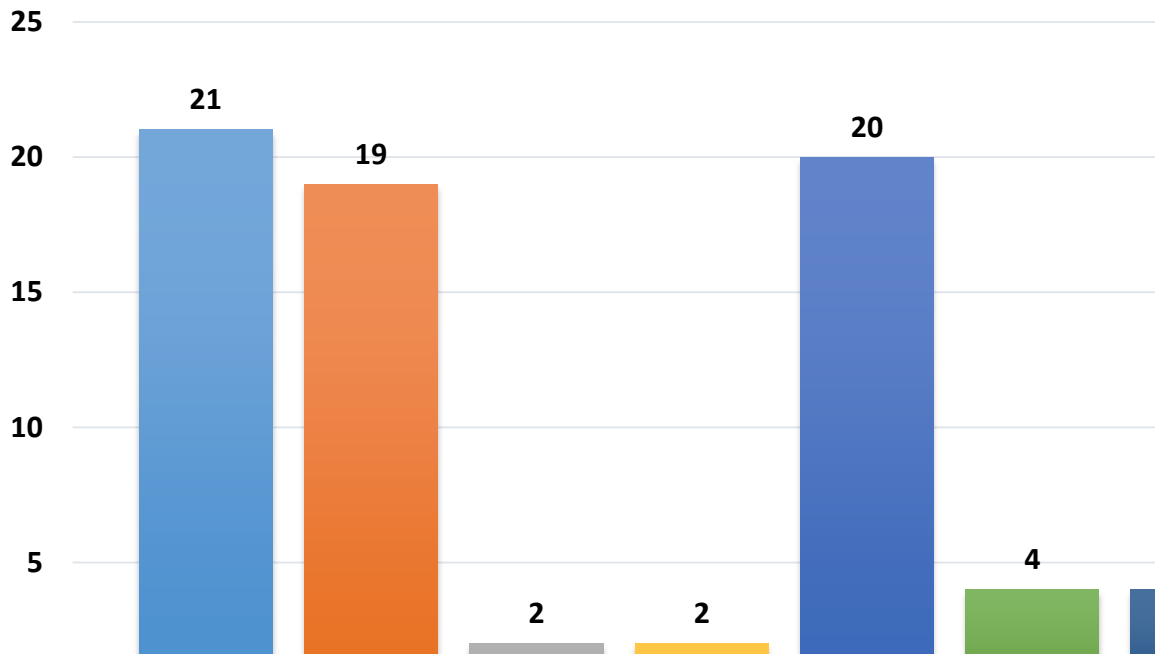
#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o levantamento realizado, percebe-se que a capacidade do assentamento é de 21 famílias, com área de 1.068,6838(há), porém foram assentadas 20 famílias, onde as mesmas receberam o crédito habitação. Diante disso, hoje permanecem apenas 19 famílias. Com isso é notável que a ausência das políticas de incentivo a agricultura e a valorização dos agricultores ainda é vulnerável.

Nesse assentamento as atividades produtivas eram fortemente realizadas dentro de uma concepção “alternativa”, tendo nos princípios da agroecologia e nas orientações coletivistas do MST e CACTOS, tendo seus fundamentos organizativos. Nesta direção, os trabalhos empreendidos nas atividades agrícolas (como a lavoura de milho e feijão) e na pecuária (com a produção de leite, galinhas poedeiras, ovinocaprinocultura e suínos) eram estruturados de forma individualizada, assim como as atividades cotidianas do assentamento. A organização espacial das moradias é independente entre si, formando um conjunto de unidades agrícolas. Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas é entregue pelo INCRA, a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias. Os trabalhadores rurais que recebem o lote comprometem-se a morar na parcela e a explorá-la para seu sustento, utilizando exclusivamente a mão de obra familiar.

Conforme pode ser analisado no GRÁFICO I, o número de agregados chega ao entorno de 2% do todo. Sendo que o percentual dos desistentes chega aos 2% do total de famílias assentadas. Porém percebe-se que mesmo com os investimentos do crédito de habitação e outros realizados no assentamento, identifica-se em torno de 4% da população total que não se utilizam dos benefícios. Nesse sentido, é importante ressaltar que na perspectiva de desenvolvimento econômico e social a mulher não é privilegiada. Pois os coeficientes apontam para uma cultura ainda patriarcal do regime colonial no Brasil onde o papel principal da mulher era apenas a reprodução e os serviços domésticos.

**Gráfico 1 - Número de famílias assentadas da Reforma Agrária constantes na Relação de Beneficiários do Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), em Projetos de Assentamentos Frios.**



Fonte: própria autora (2016).

Foi possível observar que a pecuária Gráfico 2, é bastante promissora com a produção de ovinos no assentamento, que se destaca com 35,19% de efetivos de animais. É possível destacar que, a criação de ovinos tem custo reduzido e, por isso, se apresenta como uma importante alternativa econômica para os agricultores do assentamento, que se consolida como a principal fonte de renda das famílias. “Pelo clima que enfrentam, a criação das cabras e das ovelhas é a melhor opção para nós. São animais econômicos e isso diminui o custo para o criador. Para você ter uma ideia, o que se gasta para alimentar apenas uma vaca, pode alimentar perto de sete cabras”, explicou João. dentre os criadores, aparecendo um total de 30,47% de animais e uma média de 4 animais por família.

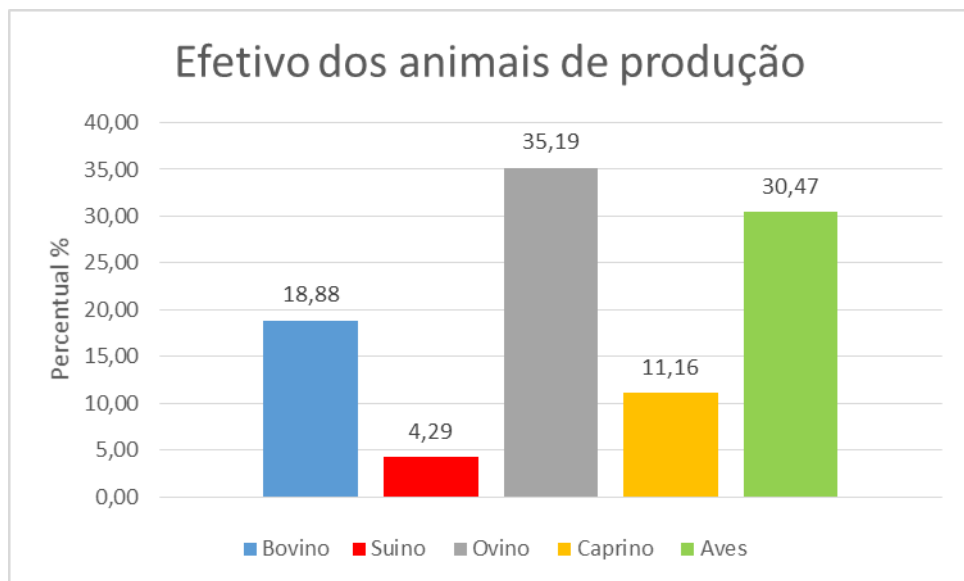
Os dados observados, confirmam que a pecuária encontra-se em declínio, apesar da relevância dada a esta atividade, que advém do fato de ser contínua durante o ano, trazendo renda mensal aos assentados e, conseqüentemente à economia local. Na maioria das propriedades, o provimento econômico das famílias provém desta atividade. Além da produção de gado leiteiro, há ainda no Assentamento a produção de gado para a comercialização.

A comercialização na agricultura familiar com produção animal apresenta-se desarticulada, não há uma produção programada, a compra de insumos é feita individualmente, assim como é passada para os atravessadores que permanecem com a maioria do lucro. Descapitalizado o valor do produto e em muitos casos o produtor não consegue custear as despesas, necessárias para produção e aumento da mesma.

Em relação a atividade criação de gado, embora tenham pontos de vista diferentes, os assentados a percebem como uma atividade vantajosa (60%), embora seja possível estabelecer finalidades adversas.

Nos estados do Nordeste os níveis de preços mais baixos ocorrem e torno do mês de julho e os mais altos nos meses de janeiro, fevereiro e março (SILVA e LEMOS, 1986).

**Gráfico 2 – Distribuição dos efetivos dos animais de produção.**

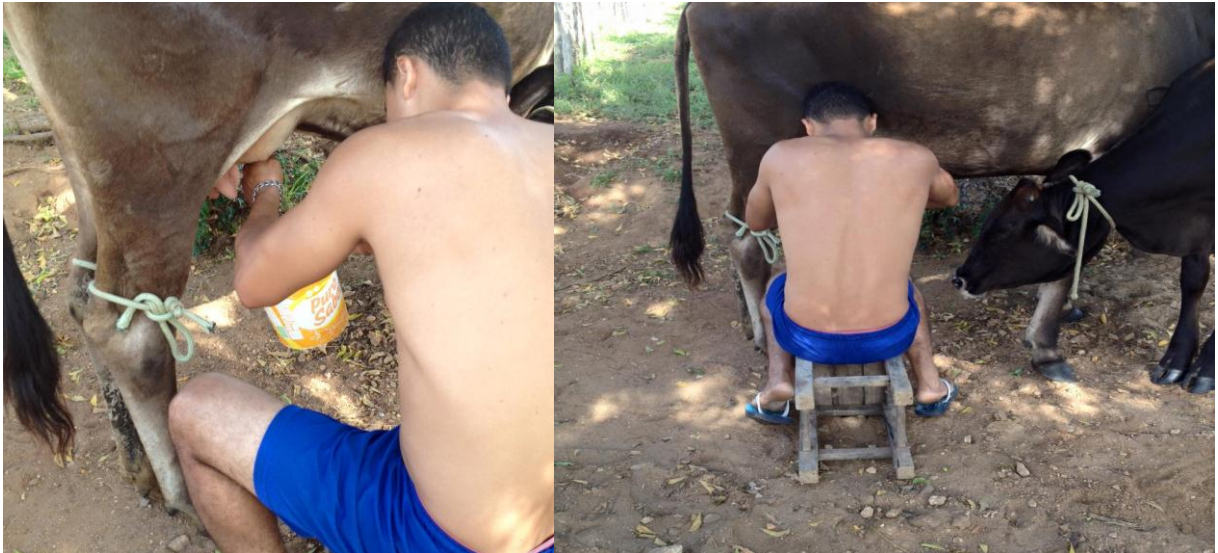


Fonte: própria autora (2016)

Entre as principais atividades ao longo da cadeia produtiva agropecuária, destacam-se na produção bovinocultura de leite Figura 2, na agricultura destaca-se pelo cultivo do milho e feijão Figura 3. Essa característica de culturas voltadas à agricultura de sequeiro e animais de maior adaptação ao semiárido, são características relacionadas à produção. Compreende-se que essas características por se configurarem, de um modo geral, em todo espaço, tenha motivado o

entendimento da maioria dos entrevistados de que a agricultura familiar é um fator decisivo na delimitação do território

Figura 2 Manejo da ordenha em bovino



Fonte: Roberta Souza (2016).

Figura 3 Produção de milho e feijão.

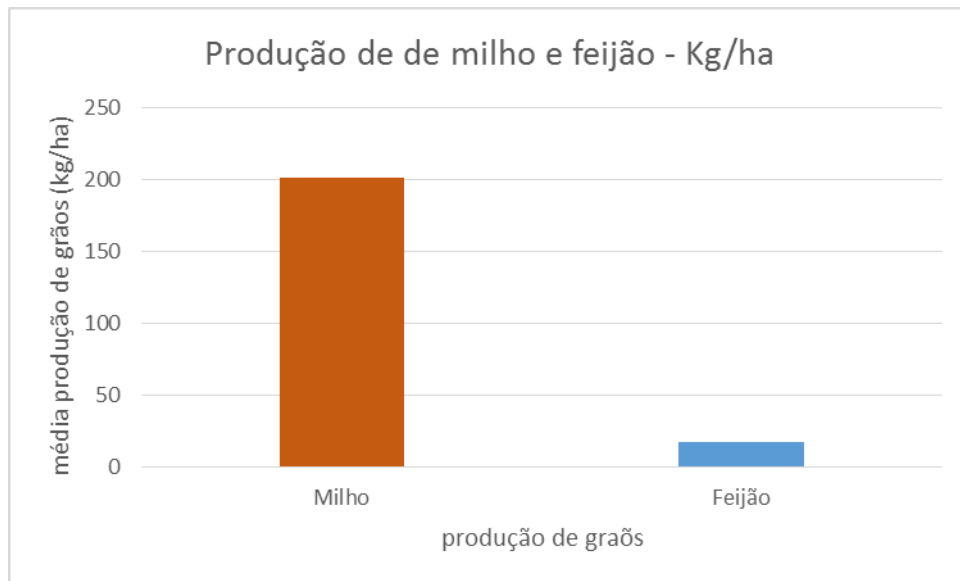


Fonte: Antonio (2016).

Destaca-se, por ser considerado um produto de fácil execução e por ter apresentado um preço elevado no ano de 2016, a produção de milho e feijão esteve aquecida no assentamento e, a tendência de crescimento da produção é ainda maior. O produto é vendido principalmente para comerciantes locais e supermercados do município de Canindé. Quanto aos grãos, nota-se acentuado

crescimento na produção do milho com 200kg/ha em relação ao feijão com 20kg/ha pelos assentados Gráfico 3. No período analisado neste trabalho, percebe-se a elevação nos níveis produtivos de grãos mesmo com as variáveis climáticas, pois a oscilação das chuvas é bastante comum da região do semiárido Nordeste.

**Gráfico 3 – Produção agrícola (grãos) do assentamento Frios.**



Fonte: própria autora (2016).

As poucas experiências de organizações que iniciam uma produção programada e comercialização coletiva são as que participam dos Programas de Aquisição de Alimentos (PAA), e são poucas as unidades de beneficiamento da produção para agregação de valor (mini fábricas), com isso toda a produção é comercializada in natura em feiras municipais, “de porta em porta”, ou por meio de atravessadores.

Geralmente a produção de suínos Figura 4, é realizada de forma informal, apenas para venda dentro do Assentamento, o que justifica a baixa produção. Esses animais, são produzidos de forma extensiva, o que vem causando, danos a alguns plantios, como o feijão, milho, palma e forragem que nasce de forma espontânea

Figura 4. Produção de suínos em de forma extensiva.



Fonte: propria autora.(2016)

As estradas nas comunidades rurais possuem péssimas condições de trafego dificultando o acesso aos centros urbanos e ao escoamento da produção familiar principalmente na época das chuvas. Apesar da infraestrutura viária ter acesso a estradas federais e estaduais.

## 5. CONCLUSÃO

Conclui-se que as famílias, com o apoio de assistência técnica através das ONGs, podem aumentar a renda com a produção desenvolvida dentro do assentados.

Os locais ficam bem distantes dos centros de comercialização, o que dificulta o escoamento da produção.

A pesquisa foi de grande valia para o conhecimento na área de estudo, pois foi possível vivenciar e trocar experiência com os agricultores do Assentamento.

As produções avaliadas, apesar da contribuição econômica para as famílias, necessitam de um trabalho de capacitação em manejo. A exploração zootécnica,

suas implicações sobre a qualidade da produção da região em estudo, são desafios a perseguir.

Por fim o estágio proporcionou aprendizados e possibilidades para aprofundamento da realidade do assentamento Frios aqui retratada em alguns aspectos importantes.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Francisco Amaro. Uma geografia das políticas fundiárias no estado do Ceará. Fortaleza, 2005. 279p. Tese (doutorado em Sociologia). Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, UFC.

Bastos, Válder Pinheiro (1998): **Reforma Agrária: Uma Avaliação da Experiência do INCRA no Ceará (1985-1994), nos seus Aspectos Sócio-Econômicos e Jurídicos.** Fortaleza.

COLLIER, P.. Social Capital and Poverty. Washington, DC: The World Bank (mimeo),1998.

FREITAS, M.L. de. **Conceito de extensão rural** e perfil do extensionista para o Estado do Rio Grande do Norte: um estudo délfico. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1990.  
164p. (Dissertação de Mestrado em Economia Rural).

GOOGLE EARTH-MAPAS. **Mapa geral do município de Canindé.** Disponível em: <<http://maps.google.com.br/>>. Acesso em: mai. 2016.

INCRA (1998). **LAUDO DE VISTORIA E AVALIAÇÃO DO IMÓVEL: FAZENDA SOUZA.** Fortaleza: INCRA, maio 1998.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1990.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Ed. fundação Perseu Abramo, 2013.

O desenvolvimento do capitalismo no campo e a reforma agrária. In: STÉDILE, João Pedro (org.) A questão agrária hoje. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 1994.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. É hora de mobilizar para cobrar promessas. Jornal BRASIL de FATO, 1-7 de janeiro de 2004.